

Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade



Informação de qualidade para aperfeiçoar as políticas públicas e salvar vidas

Nota Técnica No. 38

No segundo ano da pandemia da Covid-19 a situação fiscal dos estados brasileiros melhorou consideravelmente devido ao aumento do ICMS e do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e à queda dos gastos com pessoal e encargos sociais.

Sustentar os níveis de investimento e de despesas com Educação e Saúde alcançados em 2021, em um cenário de provável recomposição salarial do funcionalismo, é um desafio importante a ser enfrentado em 2022.

Principais Resultados

- A Receita Corrente Líquida das 27 unidades da Federação teve aumento real de 8,3% em 2021 em comparação ao ano anterior e de 10,8% em relação a 2019 devido, principalmente, ao aumento da arrecadação do ICMS e das transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- A vedação de aumento das despesas com pessoal determinada pela Lei Complementar nº 173/2020 levou à redução real de 5,2% dessas despesas entre 2020/2021 e 6,8% entre 2019/2021;
- A combinação de aumento das receitas e redução das despesas de pessoal permitiu expressiva elevação real dos investimentos, de 84,1% entre 2020/2021 e 104,5% entre 2019/2021;
- As despesas das 27 UFs aumentaram 5,6% acima da variação do IPCA em 2021, revertendo a redução de 3,5% do exercício anterior. Os recursos destinados às funções Educação e Saúde cresceram 17,8% e 4,3% respectivamente, em termos reais, frente a 2020;

- O valor atualizado do saldo de caixa das UFs aumentou de R\$ 47 bilhões em dezembro de 2019 para R\$ 140,2 bilhões em dezembro de 2021, sinalizando condições favoráveis para o exercício de 2022;
- A provável melhoria da situação fiscal não diminui os desafios a serem enfrentados em 2022, entre eles o de recompor salários do funcionalismo, recuperar perdas provocadas pela pandemia nas áreas de Educação e Saúde e de manter o patamar de investimento público alcançado em 2021.

Introdução

Esta nota técnica retoma e atualiza a discussão que vem sendo realizada pela Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade sobre a resposta dos governos à pandemia de COVID-19. Nessa nota, apresentamos os resultados da análise dos dados da execução orçamentária dos estados e do DF (UFs) no exercício de 2021 em comparação aos anos de 2020 e 2019, destacando as principais alterações de receitas correntes e a variação das despesas que concentram os gastos estaduais (nas funções orçamentárias Educação, Saúde, Previdência Social e Encargos Especiais e no grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais).

Os dados¹ levantados mostram que o exercício de 2021 trouxe um aumento importante das receitas correntes dos estados, o que, combinado à redução das despesas de pessoal, possibilitou aumento real de gastos com Educação e Saúde e dos investimentos², além de elevação dos recursos disponíveis em caixa no final do exercício.

Planejar a melhor alocação dos recursos disponíveis, em um cenário que se mostra positivo para as finanças estaduais, é o desafio para o período, especialmente porque 2022 é um ano eleitoral. Ainda que a combinação de grande aumento de receitas e queda de despesas de pessoal seja pouco provável, parece possível consolidar um patamar mais adequado para o financiamento das políticas de saúde e educação e para os investimentos públicos, mesmo na ausência de coordenação federal que tem marcado o enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Evolução das Receitas

A Receita Corrente Líquida (RCL) agregada das 27 UFs em 2021 teve variação positiva de 8,28% acima da inflação em relação ao exercício anterior. As receitas estaduais de 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, foram marcadas pelas expressivas transferências federais determinadas pela Lei Complementar nº 173/2020, que aprovou o Socorro Fiscal da União para combate à pandemia, conforme apresentado no Boletim RPS nº 27³. Essas receitas, resultantes de “Outras Transferências da União”, tiveram redução de 51,13% em 2021.

Como mostra a tabela 1 abaixo, a grande maioria dos estados teve crescimento real de RCL em 2021, à exceção do Amapá e Piauí. Alguns estados tiveram aumento real acima de 13%, como Rio de Janeiro⁴, Alagoas, Roraima e Rio Grande do Sul.

1 Os dados foram extraídos da plataforma do Siconfi/STN/ME/Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO (Anexo 03 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, tabela Receita Corrente Líquida; Anexo 02 – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção, tabela Função/Subfunção; Anexo 1 – Balanço Orçamentário, tabela Despesas Orçamentárias). Os valores de 2019 e 2020 foram atualizados pelo IPCA/IBGE anual para valores de 2021. Os dados de despesas são os valores empenhados até o 6º bimestre de cada exercício.

2 Na classificação das despesas públicas por natureza econômica, investimentos são despesas com obras, equipamentos e material permanente. Foram incluídas também as despesas com inversões financeiras, que são principalmente despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

3 (ver Boletim 27 RPS em <https://bit.ly/3ereDKD>).

4 O crescimento da RCL de Alagoas e do Rio de Janeiro é, em grande medida, explicado pelas Receitas Patrimoniais obtidas com os valores de outorga fixa da concessão dos serviços de saneamento.

Tabela 1 – Receita Corrente Líquida, porUFs (2019/2021)

UF	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
AC	6.162.933.889	6.276.580.175	1,84%	6.690.645.735	6,60%	8,56%
AL	9.845.829.285	11.071.481.230	12,45%	12.528.914.436	13,16%	27,25%
AM	17.235.515.244	18.115.777.943	5,11%	18.994.133.783	4,85%	10,20%
AP	6.429.778.334	6.544.945.724	1,79%	6.472.107.640	-1,11%	0,66%
BA	39.716.658.701	41.688.097.464	4,96%	45.445.462.103	9,01%	14,42%
CE	24.021.577.379	24.244.363.472	0,93%	25.170.813.561	3,82%	4,78%
DF	25.886.791.249	27.579.828.845	6,54%	28.277.263.875	2,53%	9,23%
ES	18.213.315.005	17.214.349.605	-5,48%	18.821.227.340	9,33%	3,34%
GO	28.227.932.360	29.000.886.908	2,74%	31.545.320.020	8,77%	11,75%
MA	16.908.512.223	17.886.396.020	5,78%	18.243.585.085	2,00%	7,90%
MG	73.700.633.916	77.686.583.311	5,41%	82.453.583.804	6,14%	11,88%
MS	13.818.256.605	15.486.349.244	12,07%	15.816.038.193	2,13%	14,46%
MT	19.733.611.604	22.542.458.881	14,23%	24.602.405.666	9,14%	24,67%
PA	24.951.686.882	26.630.730.409	6,73%	27.009.202.196	1,42%	8,25%
PB	11.786.259.990	12.423.410.735	5,41%	13.037.174.794	4,94%	10,61%
PE	29.150.140.510	29.979.219.845	2,84%	31.342.387.716	4,55%	7,52%
PI	10.894.789.429	12.953.775.653	18,90%	11.455.231.446	-11,57%	5,14%
PR	44.789.820.252	44.300.373.987	-1,09%	47.834.157.073	7,98%	6,80%
RJ	67.371.234.009	65.483.594.570	-2,80%	82.455.459.590	25,92%	22,39%
RN	11.707.923.001	11.983.454.737	2,35%	12.245.466.334	2,19%	4,59%
RO	8.907.189.860	9.601.392.832	7,79%	10.018.331.563	4,34%	12,47%
RR	4.832.063.031	4.771.255.427	-1,26%	5.540.254.194	16,12%	14,66%
RS	45.760.159.381	46.306.113.480	1,19%	53.878.109.956	16,35%	17,74%
SC	28.864.658.859	29.563.618.508	2,42%	31.050.771.461	5,03%	7,57%
SE	9.264.451.803	9.602.301.622	3,65%	9.674.448.310	0,75%	4,43%
SP	184.566.929.275	181.853.249.626	-1,47%	197.089.874.182	8,38%	6,79%
TO	9.220.525.710	9.869.432.072	7,04%	10.053.168.263	1,86%	9,03%
Total	791.969.177.787	810.660.022.328	2,36%	877.745.538.319	8,28%	10,83%

Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021.

Contribuiu de forma fundamental para esse crescimento de receitas o comportamento do ICMS durante 2021. Impulsionado especialmente pelo preço dos combustíveis⁵, com variação atrelada ao preço internacional do petróleo, o ICMS da maior parte dos estados apresentou aumento significativo. Em média, o ICMS teve aumento real de 14,32% em relação ao ano anterior, e estados como MT, RO, RS e GO registraram aumentos superiores a 18%, com destaque para MT, onde houve 32,21% de aumento real no ano e 43,39% em relação à arrecadação de 2019, como mostra a tabela 2 a seguir.

5 <https://www.confaz.fazenda.gov.br/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>

Tabela 2 – Arrecadação de ICMS, por UFs (2019/2021)

UF	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
AC	1.625.495.556	1.512.676.957	-6,94%	1.699.401.407	12,34%	4,55%
AL	5.204.192.078	5.167.289.620	-0,71%	5.814.528.596	12,53%	11,73%
AM	11.588.890.304	11.931.855.090	2,96%	13.052.900.720	9,40%	12,63%
AP	1.087.576.885	1.116.975.209	2,70%	1.280.215.545	14,61%	17,71%
BA	28.433.213.599	27.407.626.784	-3,61%	31.192.924.695	13,81%	9,71%
CE	15.124.009.337	14.552.419.905	-3,78%	16.231.219.820	11,54%	7,32%
DF	9.402.700.976	9.521.972.299	1,27%	9.886.056.687	3,82%	5,14%
ES	13.128.310.555	13.124.148.072	-0,03%	15.398.157.881	17,33%	17,29%
GO	19.585.564.218	19.605.660.897	0,10%	23.176.424.978	18,21%	18,33%
MA	9.008.413.822	8.963.240.176	-0,50%	9.939.309.949	10,89%	10,33%
MG	59.796.486.041	57.807.432.208	-3,33%	67.951.276.113	17,55%	13,64%
MS	10.474.211.493	11.183.327.655	6,77%	12.729.194.728	13,82%	21,53%
MT	13.015.796.333	14.116.339.802	8,46%	18.663.854.526	32,21%	43,39%
PA	14.035.529.190	15.225.487.193	8,48%	16.943.385.590	11,28%	20,72%
PB	6.767.735.583	6.712.589.955	-0,81%	7.495.184.696	11,66%	10,75%
PE	19.895.078.920	19.015.552.069	-4,42%	21.029.665.935	10,59%	5,70%
PI	5.154.639.291	5.199.651.144	0,87%	5.698.763.328	9,60%	10,56%
PR	35.541.736.076	34.550.471.982	-2,79%	39.072.064.259	13,09%	9,93%
RJ	42.505.765.599	42.585.435.022	0,19%	47.018.194.846	10,41%	10,62%
RN	6.602.235.188	6.472.757.695	-1,96%	6.827.095.461	5,47%	3,41%
RO	4.699.553.242	4.893.696.672	4,13%	5.816.879.406	18,86%	23,78%
RR	1.285.057.208	1.364.732.990	6,20%	1.569.326.635	14,99%	22,12%
RS	42.020.748.124	40.029.712.488	-4,74%	47.560.078.646	18,81%	13,18%
SC	27.314.765.568	26.346.627.273	-3,54%	29.050.783.066	10,26%	6,36%
SE	4.047.930.479	3.850.228.369	-4,88%	4.246.252.466	10,29%	4,90%
SP	171.476.634.609	164.362.832.764	-4,15%	188.360.756.435	14,60%	9,85%
TO	3.468.476.730	3.617.452.493	4,30%	4.195.029.337	15,97%	20,95%
Total	582.290.747.003	570.238.192.781	-2,07%	651.898.925.753	14,32%	11,95%

Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021.

Os ganhos de arrecadação dos impostos federais⁶ resultaram em crescimento de outra receita de grande importância para a arrecadação das UFs, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), que registrou em 2021 aumento real de 22,5% em comparação com 2020, e 14,3% em relação a 2019⁷.

⁶ Receita Federal do Brasil. Relatórios do resultado da arrecadação. <https://bit.ly/3su55nu>

⁷ A queda de receitas do FPE em 2020 foi compensada com o aumento de transferências federais previstos na LC 173/2020 (ver nota 3).

Tabela 3 – Fundo de Participação dos Estados, por UFs (2019/2021)

UF	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019	FPE/RCL 2021
AC	3.907.965.749	3.533.129.147	-9,59%	4.419.629.480	25,09%	13,09%	66,1%
AL	4.750.170.774	4.317.649.775	-9,11%	5.399.243.000	25,05%	13,66%	43,1%
AM	3.303.652.389	3.017.672.937	-8,66%	3.959.099.288	31,20%	19,84%	20,8%
AP	3.826.642.256	3.538.298.722	-7,54%	4.418.512.773	24,88%	15,47%	68,3%
BA	10.407.183.042	9.558.319.473	-8,16%	11.563.944.594	20,98%	11,12%	25,4%
CE	8.111.596.275	7.443.908.229	-8,23%	8.953.569.456	20,28%	10,38%	35,6%
DF	769.955.603	703.367.594	-8,65%	858.900.583	22,11%	11,55%	3,0%
ES	1.780.504.479	1.608.378.336	-9,67%	1.977.738.697	22,96%	11,08%	10,5%
GO	3.167.714.534	2.925.774.591	-7,64%	3.712.026.047	26,87%	17,18%	11,8%
MA	8.031.289.839	7.370.072.689	-8,23%	8.854.422.097	20,14%	10,25%	48,5%
MG	5.043.332.179	4.600.410.953	-8,78%	5.752.188.682	25,04%	14,06%	7,0%
MS	1.533.404.035	1.380.913.314	-9,94%	1.714.406.675	24,15%	11,80%	10,8%
MT	2.555.691.370	2.330.890.925	-8,80%	2.841.756.431	21,92%	11,19%	11,6%
PA	6.897.176.002	6.267.260.035	-9,13%	7.770.033.749	23,98%	12,66%	28,8%
PB	5.285.863.168	4.873.192.872	-7,81%	5.916.107.875	21,40%	11,92%	45,4%
PE	7.678.866.896	7.039.264.628	-8,33%	8.526.054.295	21,12%	11,03%	27,2%
PI	4.856.385.553	4.432.194.160	-8,73%	5.457.862.054	23,14%	12,39%	47,6%
PR	3.165.525.610	2.899.111.589	-8,42%	3.546.519.518	22,33%	12,04%	7,4%
RJ	1.873.774.432	1.605.717.489	-14,31%	1.856.281.226	15,60%	-0,93%	2,3%
RN	4.683.233.593	4.266.479.899	-8,90%	5.147.556.639	20,65%	9,91%	42,0%
RO	3.209.446.433	2.887.089.058	-10,04%	3.573.605.217	23,78%	11,35%	35,7%
RR	2.838.339.339	2.535.885.514	-10,66%	3.349.620.549	32,09%	18,01%	60,5%
RS	2.511.080.022	2.351.432.895	-6,36%	2.697.986.187	14,74%	7,44%	5,0%
SC	1.407.848.103	1.316.672.983	-6,48%	1.593.433.742	21,02%	13,18%	5,1%
SE	4.622.162.576	4.227.899.416	-8,53%	5.103.402.104	20,71%	10,41%	52,8%
SP	1.105.157.973	997.314.771	-9,76%	1.216.380.892	21,97%	10,06%	0,6%
TO	4.762.934.796	4.356.949.270	-8,52%	5.229.663.453	20,03%	9,80%	52,0%
Total	112.086.897.017	102.385.251.261	-8,66%	125.409.945.304	22,49%	11,89%	14,29%

Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021.

A divisão do FPE tende a privilegiar os estados de menor arrecadação *per capita* de ICMS. Ainda que tenha um efeito redistributivo limitado, para alguns estados o FPE é maior que a arrecadação de ICMS e representa mais de 50% da RCL (foi o caso de Acre, Amapá, Roraima, Sergipe e Tocantins em 2021).

Evolução e Variação das Despesas dos Estados

As despesas orçamentárias das Unidades da Federação cresceram 5,6% em 2021 acima do IPCA em relação a 2020, quando houve queda de 3,5% frente ao exercício anterior. As despesas empenhadas das 27 UFs totalizaram R\$ 909,9 bilhões em 2021, valor 1,9% superior em termos reais ao que foi executado em 2019.

O comportamento das despesas dos estados e DF foi bastante heterogêneo em 2021. Enquanto a média de crescimento real foi de 5,6%, quatro UFs tiveram redução de gastos, AC, MG, PR e SE, e três UFs aumentaram entre 18,7% e 32,2% suas despesas reais em 2021: RR, MT e AL.

Tabela 4 – Despesas totais* das UFs (2019-2021)

UF	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
AC	3.907.965.749	3.533.129.147	-9,59%	4.419.629.480	25,09%	13,09%
AL	4.750.170.774	4.317.649.775	-9,11%	5.399.243.000	25,05%	13,66%
AM	3.303.652.389	3.017.672.937	-8,66%	3.959.099.288	31,20%	19,84%
AP	3.826.642.256	3.538.298.722	-7,54%	4.418.512.773	24,88%	15,47%
BA	10.407.183.042	9.558.319.473	-8,16%	11.563.944.594	20,98%	11,12%
CE	8.111.596.275	7.443.908.229	-8,23%	8.953.569.456	20,28%	10,38%
DF	769.955.603	703.367.594	-8,65%	858.900.583	22,11%	11,55%
ES	1.780.504.479	1.608.378.336	-9,67%	1.977.738.697	22,96%	11,08%
GO	3.167.714.534	2.925.774.591	-7,64%	3.712.026.047	26,87%	17,18%
MA	8.031.289.839	7.370.072.689	-8,23%	8.854.422.097	20,14%	10,25%
MG	5.043.332.179	4.600.410.953	-8,78%	5.752.188.682	25,04%	14,06%
MS	1.533.404.035	1.380.913.314	-9,94%	1.714.406.675	24,15%	11,80%
MT	2.555.691.370	2.330.890.925	-8,80%	2.841.756.431	21,92%	11,19%
PA	6.897.176.002	6.267.260.035	-9,13%	7.770.033.749	23,98%	12,66%
PB	5.285.863.168	4.873.192.872	-7,81%	5.916.107.875	21,40%	11,92%
PE	7.678.866.896	7.039.264.628	-8,33%	8.526.054.295	21,12%	11,03%
PI	4.856.385.553	4.432.194.160	-8,73%	5.457.862.054	23,14%	12,39%
PR	3.165.525.610	2.899.111.589	-8,42%	3.546.519.518	22,33%	12,04%
RJ	1.873.774.432	1.605.717.489	-14,31%	1.856.281.226	15,60%	-0,93%
RN	4.683.233.593	4.266.479.899	-8,90%	5.147.556.639	20,65%	9,91%
RO	3.209.446.433	2.887.089.058	-10,04%	3.573.605.217	23,78%	11,35%
RR	2.838.339.339	2.535.885.514	-10,66%	3.349.620.549	32,09%	18,01%
RS	2.511.080.022	2.351.432.895	-6,36%	2.697.986.187	14,74%	7,44%
SC	1.407.848.103	1.316.672.983	-6,48%	1.593.433.742	21,02%	13,18%
SE	4.622.162.576	4.227.899.416	-8,53%	5.103.402.104	20,71%	10,41%
SP	1.105.157.973	997.314.771	-9,76%	1.216.380.892	21,97%	10,06%
TO	4.762.934.796	4.356.949.270	-8,52%	5.229.663.453	20,03%	9,80%
Total	112.086.897.017	102.385.251.261	-8,66%	125.409.945.304	22,49%	11,89%

Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021.
*Despesas empenhadas. Exclui transferências.

Despesas por Função Orçamentária

As cinco funções orçamentárias com maiores gastos seguem sendo, desde 2019, Previdência Social, Educação, Saúde, Encargos Especiais e Segurança Pública. As despesas com Previdência Social dos estados e do DF apresentaram redução real de 8,9%, cerca de R\$ 18 bilhões, respondendo, em parte, à redução real dos gastos de pessoal verificada no período. Também a função Segurança Pública, que totalizou R\$ 92,2 bilhões em 2021, teve queda real de despesas pelo segundo ano consecutivo. O valor empenhado em 2021 foi 0,6% inferior a 2020 e 3,4% inferior a 2019, provavelmente por não ter havido reajuste de salários nesse período, principal componente das despesas de segurança pública dos estados.

As despesas com Encargos Especiais voltaram a crescer em 2021 após a redução experimentada em 2020. Essa função orçamentária inclui os gastos com dívidas e precatórios, ou seja, despesas que não se traduzem em bens e serviços. Quando são reduzidas, como em 2020, aumenta o espaço para financiamento de políticas públicas. Em 2020, os valores reais empenhados nessa função foram quase 30% inferiores a 2019 em razão da suspensão do serviço da dívida dos estados com a União. Já em 2021, os pagamentos foram retomados e a despesa cresceu 8% acima do IPCA, alcançando R\$ 96,9 bilhões.

As funções Educação e Saúde⁸ tiveram crescimento de despesas em 2021, tanto quando comparadas a 2020 como quando comparadas a 2019. Os gastos na função Educação superaram os gastos em Saúde em 2021, apresentando crescimento real de 17,8% em relação a 2020 e de 7,1% em relação a 2019, demonstrando esforço dos estados e do DF em executar os recursos da área, principalmente no segundo semestre de 2021, revertendo a queda verificada no exercício de 2020. O aumento de despesas em Educação, viabilizado pelo incremento do ICMS e FPE (25% constitucionalmente vinculados à área), é ainda mais expressivo considerando a redução no mesmo período de gastos reais das UFs com pessoal, que representam parcela expressiva das despesas educacionais.

A função Saúde teve aumento real de gastos de 4,3% em 2021, alcançando 15,9% de crescimento real acumulado nos dois anos de pandemia de Covid-19 em relação a 2019.

Tabela 5 – Despesas das UFs por função orçamentária* (2019-2021)

Função	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
Previdência Social	197.401.794.650	204.603.946.393	3,65%	186.360.063.815	-8,92%	-5,59%
Educação	137.115.411.060	124.586.911.957	-9,14%	146.789.205.425	17,82%	7,06%
Saúde	121.322.942.885	134.753.957.578	11,07%	140.570.495.783	4,32%	15,86%
Encargos Especiais	124.062.116.363	89.729.835.197	-27,67%	96.926.263.758	8,02%	-21,87%
Segurança Pública	95.428.460.699	92.706.181.341	-2,85%	92.184.719.359	-0,56%	-3,40%
Judiciária	51.231.955.148	48.350.999.009	-5,62%	47.175.926.107	-2,43%	-7,92%
Transporte	26.059.976.118	27.791.041.754	6,64%	40.836.750.274	46,94%	56,70%
Administração	37.480.798.218	36.651.837.771	-2,21%	39.276.742.791	7,16%	4,79%
Essencial à Justiça	24.810.390.712	24.182.887.581	-2,53%	24.024.012.097	-0,66%	-3,17%
Legislativa	19.591.758.570	19.331.434.515	-1,33%	19.796.811.624	2,41%	1,05%

⁸ Ver seções específicas sobre essas despesas.

Função	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
Direitos da Cidadania	15.675.952.117	14.295.460.719	-8,81%	14.391.131.317	0,67%	-8,20%
Agricultura	7.827.565.217	7.576.959.133	-3,20%	9.976.715.783	31,67%	27,46%
Assistência Social	6.179.996.278	7.260.732.677	17,49%	9.690.123.385	33,46%	56,80%
Urbanismo	5.442.161.607	6.483.776.717	19,14%	7.936.009.945	22,40%	45,82%
Comércio e Serviços	2.328.544.909	2.192.528.656	-5,84%	6.259.887.256	185,51%	168,83%
Gestão Ambiental	5.023.582.487	4.913.575.189	-2,19%	5.589.333.127	13,75%	11,26%
Saneamento	2.482.675.687	2.492.800.679	0,41%	4.885.988.406	96,00%	96,80%
Ciência e Tecnologia	4.201.944.112	3.818.888.238	-9,12%	4.319.042.528	13,10%	2,79%
Habitação	1.811.865.733	1.836.987.569	1,39%	3.916.773.016	113,22%	116,17%
Cultura	2.732.108.070	3.952.872.984	44,68%	3.524.954.737	-10,83%	29,02%
Desporto e Lazer	1.076.041.912	775.319.582	-27,95%	1.477.089.883	90,51%	37,27%
Comunicações	846.167.082	1.115.129.846	31,79%	1.401.916.687	25,72%	65,68%
Trabalho	1.076.102.169	903.881.815	-16,00%	1.240.607.354	37,25%	15,29%
Indústria	1.016.527.043	723.047.949	-28,87%	756.029.717	4,56%	-25,63%
Organização Agrária	241.342.796	215.467.216	-10,72%	394.587.060	83,13%	63,50%
Energia	134.692.837	158.307.864	17,53%	214.982.670	35,80%	59,61%
Relações Exteriores		471.455		558.010	18,36%	
Total	892.602.874.482	861.405.241.382	-3,50%	909.916.721.913	5,63%	1,94%

Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021.
*Despesas empenhadas. Exclui transferências.

Evolução das Despesas com a Função Educação

Os estados são constitucionalmente responsáveis pelo ensino fundamental, em conjunto com os municípios, e pelo ensino médio. A princípio, deveriam investir em outras etapas e modalidades de ensino após garantir o atendimento adequado a essas duas etapas.

Para compreender como se deu o gasto estadual nessas etapas o primeiro caminho é analisar as despesas por subfunções, visto que elas deveriam corresponder a esse detalhamento. A análise dos gastos com Educação por subfunção permite perceber algumas informações relevantes, mas apresenta limitações também importantes⁹. A principal delas é a de que é difícil precisar como os estados gastam por etapa de ensino a partir dessa classificação orçamentária, visto que parte relevante das despesas é registrada em subfunções genéricas e abrangentes, especialmente as subfunções Educação Básica e Administração Geral. Em Educação Básica estão alocadas despesas com diferentes etapas de ensino (ensino infantil, fundamental e médio) e em Administração Geral podem estar incluídas despesas de outras subfunções específicas e gastos administrativos da área de educação como um todo.

⁹ Os dados disponíveis não permitem cruzar informações por função/subfunção com informações por categoria econômica. Esse cruzamento é possível por meio dos relatórios do SIOPE, mas estes não estavam disponíveis para o período em análise, para a maioria dos estados, até a data do último acesso, realizado no site: <https://www.fn.de.gov.br/siope/relatorioQuadroResumoDespesas.do>, em 16/02/2022

Tabela 6 – Despesas das UFs em Educação, por subfunção (2019-2021)

SUBFUNÇÃO	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
Educação Básica	38.269.533.726	31.229.963.142	-18,39%	38.376.467.335	22,88%	0,28%
Ensino Médio	23.576.573.350	23.202.800.041	-1,59%	30.155.873.909	29,97%	27,91%
Ensino Fundamental	20.002.286.323	21.878.518.686	9,38%	25.665.908.737	17,31%	28,31%
Administração Geral	19.120.120.340	16.587.117.745	-13,25%	17.293.370.863	4,26%	-9,55%
Demais Subfunções	17.651.074.666	13.635.048.589	-22,75%	16.345.902.629	19,88%	-7,39%
Ensino Superior	12.024.011.092	11.731.178.387	-2,44%	11.955.936.652	1,92%	-0,57%
Ensino Profissional	2.584.258.794	2.327.415.943	-9,94%	2.715.963.140	16,69%	5,10%
Educação Especial	1.755.419.696	2.226.200.899	26,82%	2.090.031.912	-6,12%	19,06%
Educ. Jovens e Adultos	1.542.664.524	1.072.907.643	-30,45%	1.442.671.604	34,46%	-6,48%
Educação Infantil	589.468.549	695.760.883	18,03%	747.078.644	7,38%	26,74%
Total	137.115.411.060	124.586.911.957	-9,14%	146.789.205.425	17,82%	7,06%

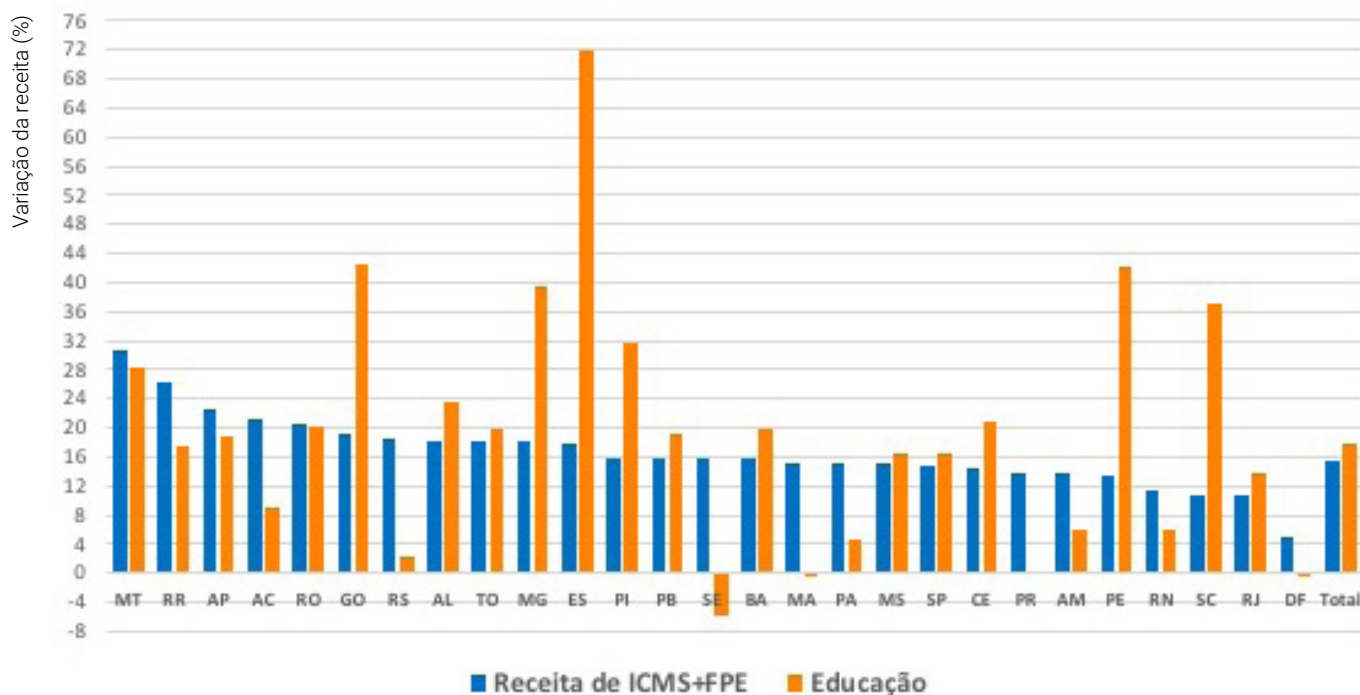
Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021. Despesas empenhadas. Exclui transferências.

A tabela 6, acima, mostra que, enquanto a função Educação teve um aumento acumulado de 7,1% entre 2019 e 2021, as subfunções específicas Ensino Médio, Fundamental e Infantil cresceram acima de 25%. Já o Ensino Superior e a Educação de Jovens e Adultos tiveram perdas reais de 0,6% e 6,5% respectivamente. As maiores quedas se deram na subfunção Administração Geral (-9,6%) e no item “Demais subfunções”, com queda de 7,4%. A subfunção Educação Básica ficou praticamente estável no período.

A grande maioria dos estados aumentou a execução das despesas com a função Educação. Algumas variações chamam a atenção, no entanto, seja por uma queda ou aumento muito significativo. Nesse caso, é possível que tenham ocorrido ajustes e mudanças de classificação nessa e em outras funções, dificultando a comparação entre exercícios fiscais. O gráfico a seguir aponta a variação na despesa com Educação em comparação com as receitas de ICMS e FPE, ambas vinculadas constitucionalmente à área.

Gráfico 1 – Receitas de ICMS e FPE e despesas na função Educação

(%, 2021x2020)



Quatorze das 27 Unidades da Federação tiveram crescimento percentual das despesas com Educação maior que o aumento das receitas somadas de ICMS e FPE em 2021, revertendo o quadro verificado em 2020 (ver boletim da RPS 27). Entre 2021 e 2019, apenas 07 (sete) estados aumentaram o gasto em Educação em percentuais superiores ao crescimento combinado de ICMS e FPE, e a variação média de gastos em Educação das UFs (7,1%) ficou 4,8 pontos percentuais abaixo da variação das receitas de ICMS e FPE (11,9%) no período.

Evolução das Despesas com a Função Saúde

Os gastos das UFs na função Saúde voltaram a crescer em 2021 (4,3% acima da variação do IPCA), mesmo após um crescimento significativo experimentado em 2020 (11,1%), acumulando uma elevação real de 15,9% nos dois exercícios. A continuidade e agravamento da crise da pandemia de Covid-19, durante 2021, com o país registrando dezenas de milhões de casos e centenas de milhares de mortes, continuou demandando acréscimo de recursos sobretudo em Assistência Hospitalar e Ambulatorial e, com a campanha de vacinação em curso, também significou maior gasto em Atenção Básica. A subfunção Administração Geral teve pequeno crescimento no ano, mas partiu de um patamar já elevado do ano anterior, de maneira similar ao que ocorreu com os gastos em Vigilância Epidemiológica, que caiu em 2021 mas mantendo gastos 122,5% superiores àqueles verificados em 2019. As quatro subfunções mencionadas representaram 92,5% do gasto em Saúde em 2021.

O gasto em saúde, diferentemente do que ocorre em educação, não é significativamente impactado pela variação real de despesas com pessoal e encargos sociais porque há grande quantidade de serviços de saúde, especialmente na área de assistência hospitalar, terceirizados e administrados por organizações sociais.

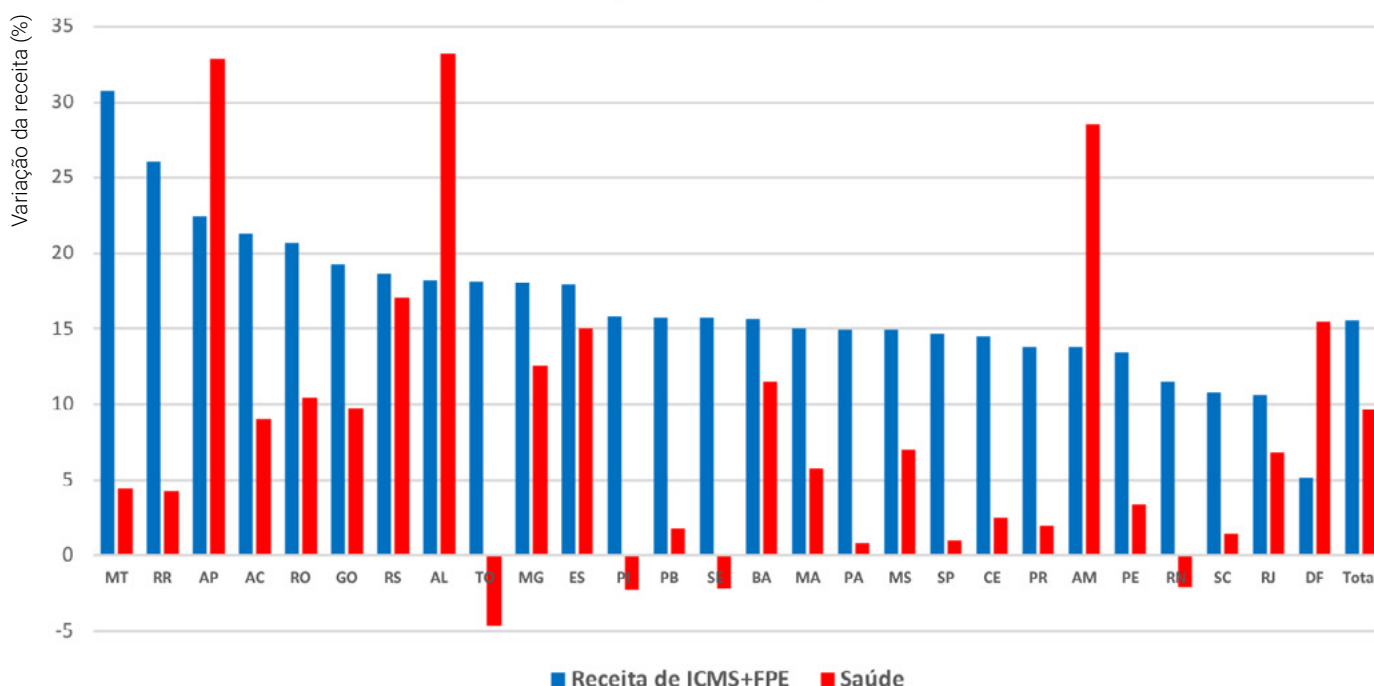
Tabela 7 – Despesas das UFs na função Saúde, por subfunção (2019-2021)

SUBFUNÇÃO	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	81.356.438.275	91.248.952.560	12,16%	96.136.302.282	5,36%	18,17%
Administração Geral	21.992.302.490	25.048.474.938	13,90%	25.411.965.956	1,45%	15,55%
Suporte Profilático e Terapêutico	7.369.180.215	7.656.052.937	3,89%	6.516.144.245	-14,89%	-11,58%
Atenção Básica	4.312.381.684	4.369.223.909	1,32%	5.062.319.006	15,86%	17,39%
Vigilância Epidemiológica	1.547.369.027	3.753.517.151	142,57%	3.443.213.763	-8,27%	122,52%
Demais Subfunções	4.055.329.571	2.025.650.209	-50,05%	3.305.597.827	63,19%	-18,49%
Alimentação e Nutrição	492.307.801	422.865.064	-14,11%	428.278.562	1,28%	-13,01%
Vigilância Sanitária	197.633.822	229.220.810	15,98%	266.674.142	16,34%	34,93%
Total Geral	121.322.942.885	134.753.957.578	11,07%	140.570.495.783	4,32%	15,86%

Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021. Despesas empenhadas. Exclui transferências.

Destaca-se também nos gastos em saúde a diferença no comportamento entre as UFs. Os estados de São Paulo e Minas Gerais, que concentram cerca de 30% dos gastos em Saúde e das receitas das UFs, tiveram variação acumulada (2021-2019) da despesa nessa função de apenas 3,0% e 1,1% respectivamente, influenciando para baixo a média nacional. Os estados do Amapá, Alagoas, Roraima e Mato Grosso, por outro lado, representam menos de 6% da despesa em saúde e tiveram crescimento acima de 40% nessas despesas.

Gráfico 2 - Receitas de ICMS e FPE e despesas na função Saúde (% , 2021x2020)



Evolução das Despesas por Categoria Econômica

A partir dessa classificação das despesas, podemos comparar a variação em três grandes grupos de despesas dos estados e do DF: pessoal e encargos sociais; investimentos e inversões financeiras e serviço da dívida.

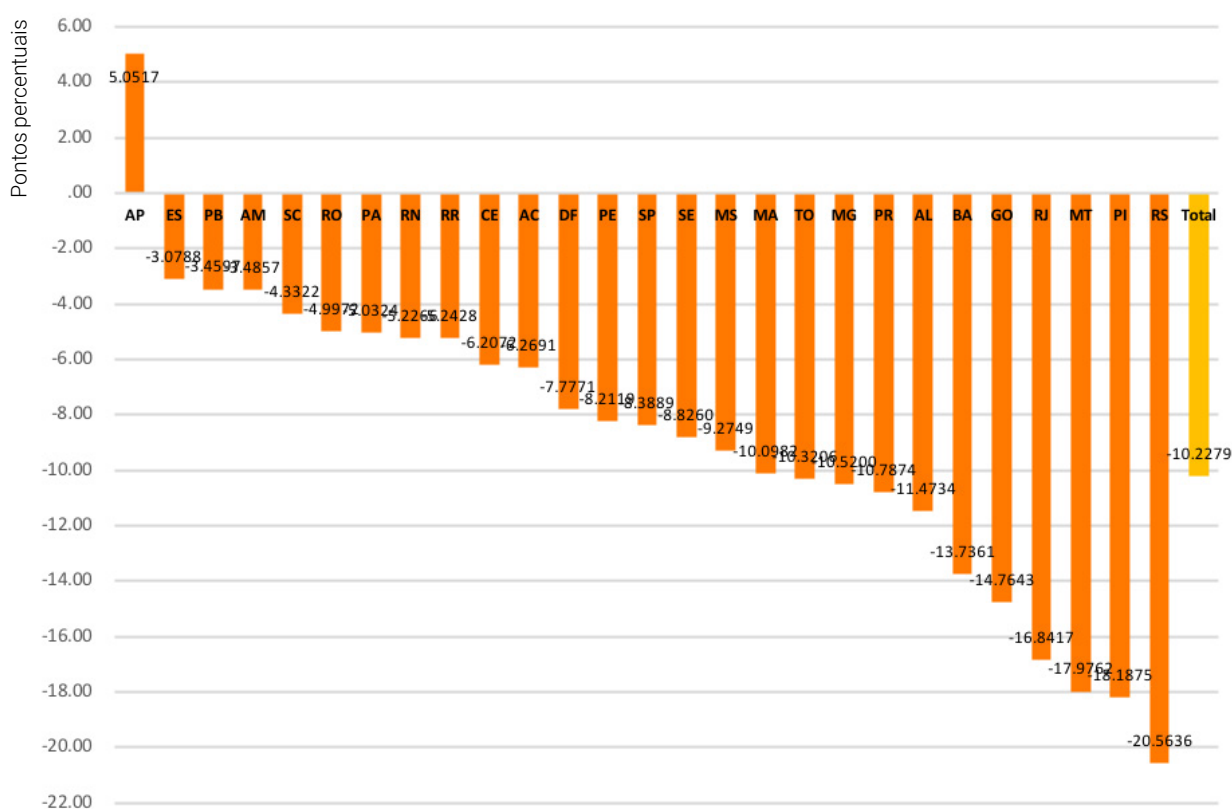
A despesa de pessoal é o maior grupo de gastos dos estados, representando na média geral um pouco mais de 50% do total da despesa orçamentária. Conforme a Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), os estados não podem gastar mais de 60% de sua RCL com pessoal, incluindo os três poderes e os inativos. De acordo com o relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2020¹⁰, 9 estados apresentavam despesas de pessoal acima de 60% das RCL e outros 11 estados apresentavam despesas acima do limite prudencial determinado pela LRF, de 54% da RCL¹¹, em 2019.

A situação se alterou a partir da pandemia, visto que houve restrições a aumentos dessa despesa determinadas pela LC nº 173/2020. O Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais publicado em 2021, com análise dos dados estaduais de 2020, mostra que nesse exercício 6 estados gastaram acima de 60% da RCL com pessoal e 9 (nove) acima do limite prudencial de 54%¹². Os dados de 2021, em comparação aos anos anteriores, mostram que 20 (vinte) das 27(vinte e sete) UFs apresentaram redução real nas despesas de pessoal, de 6,8% entre 2019 e 2021, como mostra a tabela 2A (nos Anexos). Em alguns estados essa redução ultrapassou 10% (PI, RS, GO e PR). Como proporção da Receita Corrente Líquida, a despesa com pessoal e encargos sociais caiu em 26 das 27 UFs na comparação entre 2019 e 2021, com média de 10,2 pontos percentuais a menos.

O gráfico a seguir mostra a redução nas despesas de pessoal dos estados e do DF em proporção da RCL.

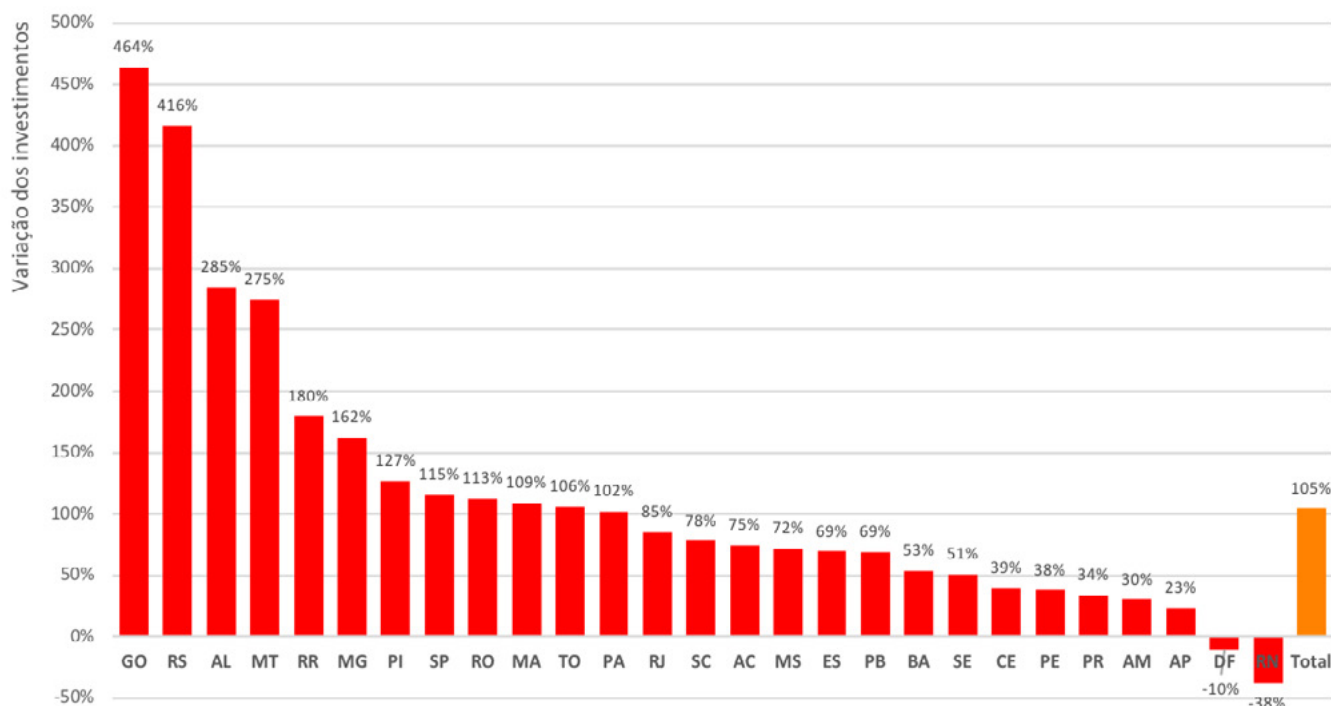
Gráfico 3 – Variação dos gastos em pessoal e encargos sociais como proporção da RCL

(Pontos percentuais da Receita Corrente Líquida)



O espaço fiscal aberto pelo incremento das receitas (ICMS e FPE em especial) e a redução das despesas de pessoal e com encargos especiais permitiram importante aumento de investimentos nas despesas estaduais: um total de R\$ 95 bilhões, volume raro nos últimos anos. Isso representou um aumento de 84,1% em relação a 2020 e 104,5% em relação a 2019. O gráfico a seguir evidencia a variação dos investimentos no biênio 2019/2021.

Gráfico 4 –Variação dos investimentos e inversões financeiras (2021-2019)



Em alguns estados, esse crescimento é ainda mais surpreendente, com o valor de 2021 representando mais de cinco vezes o valor de 2019, como no RS e GO. Os dados do Siconfi não permitem a abertura dos investimentos por função/subfunção (ver nota 9), mas é importante destacar que não foi apenas na área da Saúde, principal foco da pandemia, que ocorreram investimentos estaduais. O grande crescimento dos gastos em funções que tipicamente concentram investimentos, como habitação (113,2% de aumento em 2021), urbanismo (+22,4%), saneamento (+96,0%) e transporte (+46,9%) parecem indicar as áreas em que os investimentos se concentraram.

O investimento na saúde certamente mobiliza governos e políticas públicas de resposta à COVID-19. O investimento em habitação, urbanismo e transporte também poderia estar contribuindo para o controle da pandemia e, em especial, diminuindo a vulnerabilidade social dos mais pobres e habitantes das periferias à infecção e adoecimento por COVID-19. Será que tiveram essa qualidade e intenção? Ou seguiram com políticas desarticuladas em cada estado e entre estados da federação, sem a liderança do governo federal? Esta é uma análise que precisará ser feita com dados mais detalhados.

Por fim, em relação aos encargos da dívida, os dados de 2021 mostram aumento real de 39,8% dessas despesas em relação a 2020, mas ainda redução (de 10,9%) em relação ao que as UFs gastaram com pagamento de dívida em 2019. Essa variação se deu em parte porque em 2020 os

10 Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:34026

11 Há divergência entre os cálculos pelo PAF/STN e aqueles realizados pelos Tribunais de Contas dos respectivos estados. No cálculo do PAF o gasto médio de pessoal em relação à RCL era de 57,9%, enquanto nos cálculos dos TCEs a média ficava em 54,1%.

12 Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41464

estados foram beneficiados com a suspensão do pagamento da dívida, aprovada no Socorro Fiscal da União, e voltaram a pagar esses encargos em 2021. Os gastos com dívida em 2021 foram ainda parcialmente influenciados pelas medidas de socorro fiscal de 2020 e pela participação de UFs no Regime de Recuperação Fiscal.

Endividamento e Saldo de Caixa

O resultado orçamentário dos estados e do DF nos exercícios de 2020 e 2021, com crescimento real acumulado da Receita Corrente Líquida de 10,8% e crescimento bem menor das despesas, de 1,9%, resultou em um aumento expressivo das disponibilidades de caixa das UFs. Esses valores passaram de R\$ 47,0 bilhões em 2019 para R\$ 79,2 bilhões em 2020 e R\$ 140,2 bilhões em 2021. Em grande parte, devido a esse resultado o valor nominal da dívida líquida dos estados e do DF reduziu-se em mais de R\$ 58 bilhões no exercício de 2021 comparado ao exercício anterior¹³.

Perspectivas

O encerramento do exercício de 2021 mostra resultados positivos, acima do esperado, para as finanças estaduais. O crescimento do ICMS foi fundamental para permitir uma aceleração da execução orçamentária da função Educação (superando as quedas de 2020) e a continuidade do crescimento de gastos com Saúde, a partir de um patamar que já havia subido em 2020. As despesas com Educação tiveram maior volume de execução no segundo semestre de 2021 e é provável que as ações e benefícios dessa execução sejam mais visíveis em 2022. O recrudescimento da pandemia no início de 2022 coloca pressões adicionais sobre o gasto em saúde.

A continuidade desse nível de despesas ou sua eventual elevação dependerá da manutenção do patamar arrecadatório, que no atual contexto brasileiro de incerteza política e econômica é difícil de prever. A execução orçamentária dos estados em 2022 contará com o benefício do saldo de caixa acumulado em 2021 mas, por outro lado, também sofrerá pressões para a recomposição das perdas salariais do biênio da pandemia. As particularidades do ano eleitoral introduzem níveis adicionais de incerteza quanto às perspectivas das finanças estaduais para 2022 e para os anos subsequentes.

Recomendações

O aumento de receitas, concentrado na arrecadação de impostos que são parcialmente vinculados às despesas das áreas específicas de Educação e Saúde, permitiu elevação de gastos nessas áreas e em investimentos, especialmente no segundo semestre de 2021. Esses gastos maiores foram possíveis também devido à redução de gastos com pessoal, com a suspensão de aumentos dessa despesa pela LC nº 173/2020.

Esse cenário de elevado crescimento das receitas verificado em 2021 pode não se repetir neste e no próximo ano, o que implica a necessidade de monitoramento permanente da arrecadação e planejamento adequado das despesas, considerando diferentes cenários e realizando os ajustes necessários à alocação prioritária dos recursos disponíveis.

13 https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Facdetp.xls

Como já ressaltamos mais de uma vez (ver boletins da RPS 23, 27 e 35) a coordenação nacional das políticas públicas, especialmente de educação e saúde, é fundamental para o enfrentamento dos desafios dos próximos anos, buscando garantir maior efetividade no uso dos recursos e maior equidade, visando ao atendimento dos públicos mais atingidos pelas consequências da pandemia de Covid-19.

A situação financeira mais favorável dos estados em 2022 e, provavelmente, também dos municípios, indica a possibilidade de, mesmo na ausência de coordenação federal, avançar nas políticas necessárias ao enfrentamento das perdas de aprendizagem na educação básica e na qualificação da atenção à saúde, tanto em relação à pandemia quanto da plena retomada das demais ações de atenção básica e especializada.

O nível de detalhamento das informações no Siconfi não permite realizar cruzamentos de despesas por área de atuação governamental (funções e subfunções) com os grupos de natureza da despesa, para saber quais áreas tiveram aumentos de investimentos e ou redução de gastos com pessoal. Essa informação seria relevante para a compreensão do processo de alocação de recursos entre as diferentes políticas públicas.

ANEXOS

Tabela A1 - Outras Transferências da União, por UFs (2019/2021)

UF	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
AC	608.096.046	1.219.307.310	100,51%	512.704.425	-57,95%	-15,69%
AL	642.578.019	1.570.639.635	144,43%	569.037.238	-63,77%	-11,44%
AM	1.315.813.944	2.569.514.520	95,28%	1.257.301.430	-51,07%	-4,45%
AP	481.875.122	1.302.748.533	170,35%	399.556.557	-69,33%	-17,08%
BA	3.159.926.098	6.120.571.769	93,69%	3.021.393.418	-50,64%	-4,38%
CE	1.590.228.878	3.589.767.941	125,74%	1.554.752.960	-56,69%	-2,23%
DF	3.744.583.285	5.551.712.422	48,26%	4.273.258.913	-23,03%	14,12%
ES	4.313.247.063	4.096.298.723	-5,03%	3.655.123.822	-10,77%	-15,26%
GO	1.092.069.821	2.537.353.741	132,34%	1.083.726.441	-57,29%	-0,76%
MA	1.905.650.472	2.761.730.780	44,92%	1.016.111.556	-63,21%	-46,68%
MG	3.196.046.840	7.647.352.670	139,28%	3.181.935.633	-58,39%	-0,44%
MS	2.099.232.889	3.224.684.949	53,61%	2.466.507.839	-23,51%	17,50%
MT	1.075.864.341	3.143.431.602	192,18%	1.213.368.146	-61,40%	12,78%
PA	1.694.767.598	4.356.110.884	157,03%	2.251.207.019	-48,32%	32,83%
PB	535.055.972	1.820.089.492	240,17%	545.951.730	-70,00%	2,04%
PE	2.810.416.849	4.965.106.265	76,67%	2.602.434.950	-47,59%	-7,40%
PI	881.713.706	3.640.413.408	312,88%	758.166.684	-79,17%	-14,01%
PR	2.816.034.165	5.770.368.305	104,91%	3.188.234.729	-44,75%	13,22%
RJ	2.833.955.166	5.087.577.348	79,52%	1.880.902.438	-63,03%	-33,63%
RN	871.191.543	1.900.132.914	118,11%	844.674.426	-55,55%	-3,04%
RO	666.737.302	1.532.498.760	129,85%	579.403.654	-62,19%	-13,10%
RR	374.360.662	1.029.236.757	174,93%	347.556.569	-66,23%	-7,16%
RS	1.998.517.246	5.296.455.717	165,02%	2.317.633.477	-56,24%	15,97%
SC	1.596.044.497	3.637.832.611	127,93%	2.410.515.713	-33,74%	51,03%
SE	778.415.271	1.585.161.544	103,64%	606.412.059	-61,74%	-22,10%
SP	12.164.855.254	22.893.912.909	88,20%	13.357.126.861	-41,66%	9,80%
TO	653.078.456	1.561.339.549	139,07%	553.218.222	-64,57%	-15,29%
Total	55.900.356.506	110.411.351.058	97,51%	56.448.216.908	-48,87%	0,98%

Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021.

Tabela A2 - Despesas das UFs com pessoal e encargos sociais (2019-2021)

UF	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
AC	4.281.450.743	4.302.987.383	0,50%	4.228.616.356	-1,73%	-1,23%
AL	5.959.679.411	6.480.185.202	8,73%	6.146.258.706	-5,15%	3,13%
AM	9.497.581.049	9.562.749.107	0,69%	9.804.590.057	2,53%	3,23%
AP	3.630.506.781	3.813.619.726	5,04%	3.981.361.825	4,40%	9,66%
BA	25.760.336.303	25.295.936.327	-1,80%	23.233.615.507	-8,15%	-9,81%
CE	13.381.142.313	13.115.033.507	-1,99%	12.458.913.531	-5,00%	-6,89%
DF	15.128.876.972	14.682.275.437	-2,95%	14.326.781.930	-2,42%	-5,30%
ES	8.808.658.069	8.968.584.399	1,82%	8.523.206.747	-4,97%	-3,24%
GO	19.836.082.594	18.103.723.878	-8,73%	17.509.814.078	-3,28%	-11,73%
MA	10.363.021.670	10.100.831.651	-2,53%	9.338.990.389	-7,54%	-9,88%
MG	54.819.183.361	54.616.653.511	-0,37%	52.655.578.944	-3,59%	-3,95%
MS	9.432.261.960	9.457.416.466	0,27%	9.329.010.350	-1,36%	-1,09%
MT	13.811.012.382	13.451.008.015	-2,61%	12.795.981.025	-4,87%	-7,35%
PA	14.689.564.739	14.804.699.454	0,78%	14.541.647.251	-1,78%	-1,01%
PB	7.510.522.410	8.125.272.043	8,19%	7.856.585.882	-3,31%	4,61%
PE	18.527.505.211	18.179.911.096	-1,88%	17.347.058.085	-4,58%	-6,37%
PI	7.737.522.811	6.710.594.356	-13,27%	6.052.131.763	-9,81%	-21,78%
PR	30.122.538.260	29.674.304.069	-1,49%	27.009.909.013	-8,98%	-10,33%
RJ	47.225.531.585	45.113.715.250	-4,47%	43.912.323.598	-2,66%	-7,02%
RN	9.750.761.032	9.398.754.151	-3,61%	9.558.418.109	1,70%	-1,97%
RO	5.058.605.998	5.064.507.614	0,12%	5.189.018.335	2,46%	2,58%
RR	2.730.168.570	2.520.347.250	-7,69%	2.839.842.467	12,68%	4,02%
RS	35.845.192.706	33.553.916.452	-6,39%	31.124.952.487	-7,24%	-13,17%
SC	17.960.380.352	17.916.758.832	-0,24%	17.975.451.952	0,33%	0,08%
SE	6.216.661.413	6.015.211.137	-3,24%	5.637.910.573	-6,27%	-9,31%
SP	105.292.764.277	106.254.373.265	0,91%	95.903.183.073	-9,74%	-8,92%
TO	6.756.920.823	6.534.390.570	-3,29%	6.329.547.611	-3,13%	-6,32%
Total	510.134.433.796	501.817.760.147	-1,63%	475.610.699.647	-5,22%	-6,77%

Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021.
Despesas empenhadas.

Tabela A3 - Despesas das UFs com investimentos e inversões financeiras (2019-2021)

UF	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
AC	251.170.815	452.862.746	80,30%	438.332.633	-3,21%	74,52%
AL	1.002.302.473	1.188.512.834	18,58%	3.857.591.786	224,57%	284,87%
AM	1.167.857.773	1.036.458.425	-11,25%	1.521.175.225	46,77%	30,25%
AP	308.341.855	310.849.873	0,81%	380.564.758	22,43%	23,42%
BA	3.371.927.668	3.594.459.719	6,60%	5.170.926.395	43,86%	53,35%
CE	2.717.438.635	2.979.236.359	9,63%	3.790.251.158	27,22%	39,48%
DF	1.117.770.485	982.324.967	-12,12%	1.003.933.460	2,20%	-10,18%
ES	1.852.283.345	2.308.336.421	24,62%	3.137.182.108	35,91%	69,37%
GO	823.117.529	1.024.174.955	24,43%	4.642.107.341	353,25%	463,97%
MA	1.376.679.433	1.638.748.742	19,04%	2.873.108.828	75,32%	108,70%
MG	3.365.449.610	2.900.598.596	-13,81%	8.827.020.219	204,32%	162,28%
MS	1.228.816.134	1.096.708.984	-10,75%	2.108.224.892	92,23%	71,57%
MT	1.059.572.527	1.533.563.250	44,73%	3.968.890.472	158,80%	274,57%
PA	1.826.932.300	2.994.697.641	63,92%	3.689.425.005	23,20%	101,95%
PB	697.385.385	492.109.813	-29,44%	1.178.787.417	139,54%	69,03%
PE	1.276.296.582	1.117.204.624	-12,47%	1.759.254.034	57,47%	37,84%
PI	827.972.808	980.344.731	18,40%	1.881.037.230	91,88%	127,19%
PR	4.320.023.183	6.156.186.138	42,50%	5.780.944.925	-6,10%	33,82%
RJ	1.214.937.743	1.167.077.530	-3,94%	2.248.718.732	92,68%	85,09%
RN	1.032.688.615	773.707.026	-25,08%	642.654.192	-16,94%	-37,77%
RO	548.117.971	813.279.739	48,38%	1.166.691.480	43,46%	112,85%
RR	134.574.007	178.467.573	32,62%	376.450.661	110,94%	179,74%
RS	1.067.909.721	1.067.872.548	0,00%	5.508.243.033	415,81%	415,80%
SC	1.481.022.443	1.604.496.982	8,34%	2.633.215.818	64,11%	77,80%
SE	376.015.389	482.978.155	28,45%	567.327.972	17,46%	50,88%
SP	11.830.011.976	12.358.369.125	4,47%	25.491.554.522	106,27%	115,48%
TO	404.238.638	621.184.476	53,67%	831.511.028	33,86%	105,70%
Total	46.680.855.045	51.854.811.970	11,08%	95.475.125.323	84,12%	104,53%

Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021.
Despesas empenhadas.

Tabela A4 - Despesas das UFs com serviços e amortização de dívidas (2019-2021)

UF	2019	2020	Variação 2020/2019	2021	Variação 2021/2020	Variação 2021/2019
AC	553.536.697	396.681.229	-28,34%	475.848.459	19,96%	-14,03%
AL	691.906.533	358.707.676	-48,16%	648.211.041	80,71%	-6,32%
AM	1.082.859.485	652.096.032	-39,78%	969.545.380	48,68%	-10,46%
AP	285.606.353	64.729.763	-77,34%	5.273.187	-91,85%	-98,15%
BA	2.149.962.686	1.620.399.058	-24,63%	1.896.891.207	17,06%	-11,77%
CE	1.825.539.871	1.617.967.833	-11,37%	1.726.308.240	6,70%	-5,44%
DF	725.057.912	410.889.377	-43,33%	792.025.959	92,76%	9,24%
ES	535.416.245	423.043.908	-20,99%	576.062.249	36,17%	7,59%
GO	2.589.650.961	2.483.607.352	-4,09%	147.264.409	-94,07%	-94,31%
MA	1.175.481.204	462.092.759	-60,69%	1.173.419.187	153,94%	-0,18%
MG	10.956.570.043	11.726.711.630	7,03%	10.600.990.686	-9,60%	-3,25%
MS	678.334.379	277.003.271	-59,16%	666.001.144	140,43%	-1,82%
MT	2.276.906.492	555.294.896	-75,61%	1.318.596.228	137,46%	-42,09%
PA	675.720.911	460.328.721	-31,88%	578.766.419	25,73%	-14,35%
PB	370.161.796	175.321.644	-52,64%	303.120.625	72,89%	-18,11%
PE	1.874.167.173	1.379.493.536	-26,39%	1.709.912.823	23,95%	-8,76%
PI	1.055.412.446	614.673.081	-41,76%	716.536.840	16,57%	-32,11%
PR	1.444.137.819	977.701.388	-32,30%	3.059.732.885	212,95%	111,87%
RJ	791.612.299	905.293.679	14,36%	1.491.500.078	64,75%	88,41%
RN	284.436.798	132.358.395	-53,47%	137.197.980	3,66%	-51,77%
RO	385.567.940	310.838.056	-19,38%	215.496.407	-30,67%	-44,11%
RR	246.125.945	169.775.320	-31,02%	179.816.198	5,91%	-26,94%
RS	4.990.750.331	4.776.065.310	-4,30%	4.381.475.569	-8,26%	-12,21%
SC	2.265.586.825	1.347.728.882	-40,51%	2.338.806.237	73,54%	3,23%
SE	509.732.875	373.531.009	-26,72%	407.184.517	9,01%	-20,12%
SP	22.724.941.477	7.456.494.056	-67,19%	19.898.683.847	166,86%	-12,44%
TO	549.077.073	528.728.982	-3,71%	413.169.047	-21,86%	-24,75%
Total	63.694.260.566	40.657.556.842	-36,17%	56.827.836.849	39,77%	-10,78%

Fonte: Elaboração própria com dados do Siconfi/ME. Valores de 2019 e 2020 atualizados pelo IPCA/IBGE para 2021.
Despesas empenhadas.

O QUE É A REDE

Somos mais de 100 pesquisadores mobilizados para aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas do governo federal, dos governos estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da Covid-19 para salvar vidas. Colocamos nossas energias no levantamento rigoroso de dados, na geração de informação criteriosa, na criação de indicadores, na elaboração de modelos e análises para acompanhar e identificar caminhos para as políticas públicas e examinar as respostas que a população oferece.

A Rede de Pesquisa Solidária conta com pesquisadores das Humanidades, das Exatas e Biológicas, no Brasil e em outros países. Para nós, a fusão de competências e técnicas é essencial para se enfrentar a atual pandemia. O desafio é enorme, mas é especialmente entusiasmante.

E jamais seria realidade se não fosse a contribuição generosa de instituições e doadores privados que responderam rapidamente aos nossos apelos. A todos os que nos apoiam, nosso muito obrigado.

Visite nosso site: <https://redepesquisasolidaria.org/>

Siga a Rede de Pesquisa Solidária na redes sociais



QUEM FAZ

Comitê de Coordenação

Lorena Barberia (USP); Luciana Da Conceição Farias Santana (Universidade Federal de Alagoas); José Eduardo Krieger (InCor-Faculdade de Medicina, USP); Ian Prates (CEBRAP, Social Accountability International); Tatiane C. Moraes de Souza (Fiocruz); João Paulo Veiga (USP); Vera Silvia Facciolla Paiva (Professora Titular, Instituto de Psicologia, USP); Ursula Dias Peres (Professora, EACH/USP)

Coordenação Científica Lorena Barberia (USP)

Editores Vera Paiva, João Paulo Veiga e Lorena Barberia

Doações e contato redepesquisasolidaria@gmail.com

Consultores Alexandre Schneider (Instituto Singularidades) • Alvaro Comin (USP) • Arachu Castro (Tulane University) • Diogo Ferrari (Universidade de Riverside) • Eduardo J. Gómez (Institute of Health Policy & Politics, Lehigh University) • Ester Sabino (USP) • Fernanda Campagnucci (Open Knowledge Brasil) • Flavio Cireno Fernandes (Fundação Joaquim Nabuco) • Guy D. Whitten (Texas A&M University) • Manoel Galdino (Transparencia Brasil) • Márcia Lima (USP e AFRO-Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial) • Marta Arretche (USP e Centro de Estudos da Metrópole-CEM) • Nésio Fernandes (Secretaria de Saúde, Espírito Santo) • Paulo Artaxo (USP) • Renata Bichir (USP e CEM) • Sílvia Figueiredo Costa (USP)

Design Claudia Ranzini

Equipe responsável pela Nota Técnica No.38

Pesquisadores responsáveis

Ursula Peres (EACH/USP e CEM/USP) e Fábio Pereira dos Santos (Doutor pela FGVSP; CMSP e CEM/USP)

Instituições parceiras



Instituições de apoio

